



## Relator propõe PEC paralela e estima economia de R\$ 1,35 tri

Relatório da reforma da Previdência será lido hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Votação na CCJ está prevista para a próxima quarta-feira e, no Plenário, para o início de outubro

O relator da PEC da reforma da Previdência, Tasso Jereissati, entregou ontem seu texto ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre. O relatório propõe novas fontes de arrecadação e sugere a inclusão dos estados e municípios, por meio de uma PEC paralela. Ao todo, a reforma pode representar uma economia de R\$ 1,35 trilhão, prevê Tasso. Foram retirados da PEC pontos considerados prejudiciais aos mais pobres, como mudanças no BPC. Como o relator só fez emendas supressivas, o texto, se aprovado, não precisará voltar à Câmara. **5**



Marcos Brambilla/Senado Federal

Entre Simone Tebet, Marcos Rogério, Eduardo Gomes e Tasso, Davi confirma para 10 de setembro a sessão temática para debater a proposta da reforma

**Distribuição do Fundeb tem que ser mais eficiente, aponta debate **8****

**Mudanças na Lei da TV Paga dividem opiniões em audiência **6****

**Prestação de contas do SUS está na pauta de comissão **4****

**Nome de Luiz Gonzaga deverá entrar no Livro dos Heróis da Pátria **8****

**Prioridade para produto local em merenda segue para a Câmara **8****

### Tabela da Conab pode incluir extrativismo animal

O Plenário aprovou ontem proposta que estende aos produtos de manejo extrativista sustentável de origem animal, como a pesca, os mesmos benefícios econômicos conce-

ditos aos de origem vegetal. Os produtos animais passarão a fazer parte da tabela de preços mínimos operada pela Conab. O texto segue para sanção. **3**



Para o relator, Eduardo Braga, o projeto representa valorização da pesca sustentável, especialmente do pirarucu

### Senado pode ter CPI sobre queimadas na Amazônia



Randolfe Rodrigues anunciou ontem que deu entrada em pedido de criação da CPI da Amazônia. Mas, para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o foro adequado para discutir o tema é a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, cujos membros devem ser indicados hoje. **2**

Segundo Randolfe, o pedido de CPI já tem 30 assinaturas

### Novo Coaf não terá ingerência, promete BC

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, garantiu ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, que a Unidade de Inteligência Financeira terá blindagem técnica e operacional. **7**

### Senadores cobram verbas para CNPq

Senadores da Comissão de Educação cobraram ontem do governo medidas para garantir o pagamento de bolsistas do CNPq. Segundo o Ministério de Ciência e Tecnologia, só há recursos até esta semana. **7**

### Debatedores pedem tributos mais simples

Em debate na Comissão de Constituição e Justiça, economistas pediram um sistema tributário mais simples e justo. O debate foi sugerido e presidido pelo relator da reforma tributária, Roberto Rocha. **4**

Foto: Agência Senado



Ao lado de Rose de Freitas e da diretora Ilana Trombka, Davi Alcolumbre diz estar aguardando novas indicações

## Comissão sobre clima deve ter integrantes da Amazônia

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse considerar o colegiado misto o fórum mais adequado para tratar das queimadas na Amazônia, que viraram assunto internacional na semana passada

**LÍDERES PARTIDÁRIOS TERÃO** 24 horas para fazer substituições nos indicados para compor a Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), incluindo nomes de senadores ligados à região amazônica. A comissão seria instalada ontem, mas em razão dessas substituições foi adiada para hoje, anunciou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Segundo Davi, parlamentares tinham a intenção de criar

novas comissões para tratar das queimadas da Amazônia. Ele, no entanto, pediu que a questão seja tratada pela CMMC, que já tem relação com o tema.

— Estou aguardando os partidos e os blocos indicarem os novos representantes da comissão, que eu acho que é o fórum adequado para discutir esse assunto neste momento.

Para Rose de Freitas (Podemos-ES), mais importante que a questão regional é a assiduidade, já que em outras

legislaturas houve dificuldade para completar o quorum nas reuniões da CMMC. Ela demonstrou interesse em participar do colegiado.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defendeu a instalação de uma CPI para investigar as razões que levaram ao aumento da incidência de queimadas na Amazônia (*leia ao lado*). O senador lembrou denúncia publicada pela revista *Globo Rural* de que produtores rurais, grileiros, sindicalistas e comerciantes teriam articulado por um aplicativo de mensagens o chamado “dia do fogo”, que provocou o recorde de queimadas em Novo Progresso e Altamira, no Pará.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que não há fato determinado para justificar a instalação de uma CPI. Para ele, o momento é de somar esforços para combater os focos de incêndio e reafirmar a soberania nacional.

### Senado vai debater na terça-feira incêndio e desmatamento na região

O Plenário do Senado aprovou a realização de uma sessão especial para debater as iniciativas do governo para a crise na região amazônica. Queimadas, desmatamento e políticas de desenvolvimento para

a região estarão entre os temas do debate, marcado para terça-feira, em Plenário, em horário a ser definido. O requerimento para a sessão é de Eliziane Gama (Cidadania-MA), com a assinatura de mais 30 senadores.

### Bancada federal da Amazônia precisa agir, diz Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) criticou em Plenário a declaração do presidente Jair Bolsonaro que acusa os pequenos produtores e as ONGs de serem responsáveis pelos incêndios na Amazônia Legal. Para o senador, é preciso que a bancada federal da Amazônia Legal se una para defender um modelo de desenvolvimento que preserve as riquezas naturais da região e as áreas de proteção existentes.

— Não dá para respeitar um presidente que fala grosso com os franceses, mas fala fino com os americanos, tentando entregar as nossas riquezas para os americanos — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Fabiano Contarato afirma que floresta é brasileira

Fabiano Contarato (Rede-ES) se posicionou contra suposta intenção do presidente da França, Emmanuel Macron, de internacionalizar a Amazônia. Ele citou o discurso do ex-senador Cristovam Buarque, no qual afirma que seria viável para o bem econômico, cultural e ambiental global a internacionalização do petróleo, dos museus e das reservas ecológicas. Entretanto, enquanto isso não acontecer, a floresta é brasileira. O senador também pediu desculpas a Macron e a sua esposa, Brigitte, pelo comportamento nas redes sociais de Jair Bolsonaro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Rogério Carvalho protesta contra devastação

Rogério Carvalho (PT-SE) protestou ontem contra a devastação da Amazônia. Ele a classificou como agressão a um patrimônio inestimável. O senador afirmou que, mesmo antes de chegar ao poder, as declarações de Bolsonaro demonstravam sua clara intenção de promover o retrocesso ambiental.

— Prometeu não dar mais um centímetro de terras para os índios e quilombolas e afirmou que a Amazônia tinha de ser explorada comercialmente, de forma eminentemente predatória, com auxílio dos Estados Unidos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Senadores protocolam pedido de criação da CPI da Amazônia

O Senado pode instaurar a CPI da Amazônia, uma comissão parlamentar de inquérito para apurar o desmatamento, as queimadas na região e os motivos que levaram o governo a perder os recursos que a Alemanha e a Noruega destinavam ao Fundo Amazônia. O líder da Minoria no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), anunciou em Plenário ter protocolado ontem o pedido da CPI, com 30 assinaturas. Para Randolfe, a tragédia na Amazônia foi um crime

calculado, causado por ações do governo como o desmantelamento do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), além da redução do orçamento Ministério do Meio Ambiente e de programas de prevenção e combate a incêndios. O senador disse que o poder público tem sido omissivo e que o Congresso deve se posicionar a respeito do assunto. — Se há crime, o Parlamento precisa investigar.

### Bolsonaro é o responsável pela crise, diz Randolfe

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou em Plenário que as políticas de proteção ambiental do presidente Jair Bolsonaro foram anunciadas ainda durante a campanha eleitoral, quando o candidato se comprometeu em abrandar a legislação ambiental. Segundo o senador, o presidente é o responsável pela atual devastação da região amazônica.

— Essa crise, não é um fato casual, mas consequência de uma política de articulação de crimes implementada pelo governo brasileiro — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Marcos Rogério pede “mais ação e menos guerra”

Sobre as queimadas e o desmatamento na Amazônia, Marcos Rogério (DEM-RO) ponderou ontem que de um lado, é necessário fazer a defesa da soberania brasileira e, do outro, é preciso reconhecer que a região é um bem ambiental que interessa a todo o mundo.

— A Amazônia e o Brasil precisam de mais diplomacia e menos guerra. Guerra ideológica, comercial, política, de oportunismo.

O senador se disse contrário à ideia de criar uma CPI sobre as queimadas e o desmatamento na Amazônia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



### CDR Ações da Sudeco

**9h** Audiência para debater ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste para os próximos dois anos.

### CAS Fibromialgia

**9h30** Entre 16 itens, o PL 1.853/2019, sobre isenção de IR para quem tem fibromialgia.

### CCJ Recursos do pré-sal

**10h** A PEC 98/2019, que permite a divisão de recursos da União nos leilões do pré-sal com estados e municípios, é um dos 17 itens.

### CCT Segurança cibernética

**10h** Debate sobre segurança cibernética. Depois, pauta de 4 itens.

### CONGRESSO Vetos e LDO

**11h** A análise de 14 vetos e do PLN 5/2019, sobre a LDO 2020, estão na pauta.

### CRA Defensivos agrícolas

**11h** Audiência para debater o contrabando de defensivos agrícolas.

### CDH Previdência Social

**14h** Debate da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social.

### CMA Logística reversa

**14h** Entre 12 itens, o PLS 93/2018, que determina sistema de logística reversa para fabricantes de produtos industrializados.

### CSF Energia elétrica

**14h** Audiência sobre energia elétrica.

### PLENÁRIO Sessão deliberativa

**14h** A PEC 82/2019, que disciplina os pedidos de vista nos tribunais e dispõe sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares, está na pauta.

### CMMC Instalação

**14h30** Instalação e eleição.

### MP 890/2019 Médicos pelo Brasil

**14h30** Audiência pública.

### MP 888/2019 Defensoria Pública

**15h30** Audiência pública.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



# Produto extrativista animal em tabela da Conab segue para sanção

Senado também aprovou área de interesse turístico entre SP e PR e título de Patrono do Cooperativismo a Theodor Amstad, entre outros textos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que estende aos produtos de manejo extrativista sustentável de origem animal, como a pesca, os mesmos benefícios econômicos concedidos aos de origem vegetal.

Na mesma sessão foi aprovada a proposta que nomeia como área de interesse turístico a região do reservatório da usina hidrelétrica de Chavantes, entre São Paulo e Paraná. Também foram acatadas as concessões dos títulos de patrono do cooperativismo brasileiro ao padre suíço Theodor Amstad (1851-1938) e de Capital Nacional do Inhamé a Alfredo Chaves (ES). Todos os projetos seguem para sanção.

## Subsídio

O PL 2.104/2019, que beneficia produtos extrativistas animais, prevê que o governo passará a subsidiar, em operações de crédito e na aquisição de produtos para estoque, a produção de peixes, como o pirarucu. O projeto amplia o universo de produtos abrangidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade



Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga e Renan Calheiros no Plenário

(PGPM-Bio), operada pela Conab, que contribui para garantir renda mínima aos produtores e permitir que eles continuem suas atividades de forma sustentável. Atualmente, apenas produtos agropecuários ou de origem vegetal extrativa (como açaí, babaçu, borracha e pequi) estão incluídos na política.

O projeto também favorece silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades tradicionais.

O relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM), afir-

mou que a medida representa uma valorização da pesca sustentável, especialmente do pirarucu.

— Lamentavelmente, as pessoas que dependem da pesca do pirarucu muitas vezes são aviltadas por atravessadores, que pagam um preço desvalorizado. Esse peixe precisa de cuidados especiais.

## Angra Doce

A região do reservatório da usina hidrelétrica de Chavantes, entre São Paulo e Paraná, passa a ser denominada Angra Doce. Relatado por senador Wellington Fagundes (PL-MT), o PLC 34/2017 tem o

objetivo de incentivar o turismo na região.

De acordo com o texto, a área de Angra Doce abrangerá os municípios de Ribeirão Claro, Carlópolis, Siqueira Campos, Jacarezinho e Salto do Itararé, no Paraná, e os municípios de Chavantes, Ourinhos, Canitar, Ipaussu, Timburi, Piraju, Fartura, Bernardino de Campos, Itaporanga e Barão de Antonina, em São Paulo.

Já o PL 2107/2019, que dá a Amstad o título de patrono do cooperativismo foi relatado por Lasier Martins (Podemos-RS). Amstad foi responsável pela primeira cooperativa da América do Sul, a Caixa Rural de Nova Petrópolis, cooperativa de crédito criada em 1902 que está em funcionamento até hoje.

O PLC 127/2018, que concede o título de Capital Nacional do Inhamé ao município de Alfredo Chaves, foi relatado na Comissão de Educação (CE) por Marcos do Val (Podemos-ES). O produto é uma das principais fontes de renda para 600 famílias, responsáveis por uma safra média de 50 mil toneladas por ano.

# Daniel Couri integra diretoria da Instituição Fiscal Independente

O Plenário aprovou ontem a indicação do economista Daniel Veloso Couri para o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), em razão do término do mandato de Rodrigo Octávio Orair.

A IFI foi criada pelo Senado no final de 2016, com o objetivo de ampliar a transparência nas contas públicas. Autor da ideia de criação da IFI, o senador José Serra (PSDB-SP) defendeu o fortalecimento da instituição.

— A IFI deu certo. Tem três diretores e quatro técnicos analistas, tem produtividade, tem legitimidade e tem qualidade — afirmou.

Mais cedo, em sabatina na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC), Couri destacou que a atual taxa de investimentos na

economia brasileira é a menor dos últimos 50 anos e, com isso, têm crescido as pressões para que o governo federal adote políticas de estímulo fiscal, visando a retomada mais rápida do crescimento econômico.

Couri elogiou o imposto sobre o valor adicionado (IVA), um dos pontos das propostas de reforma tributária discutidas no Senado (PEC 110/2019) e na Câmara (PEC 45/2019). O objetivo do IVA é simplificar parte do sistema tributário, unificando diversos tributos hoje em vigor, que seriam extintos. O economista, porém, admitiu que a reforma tributária só vai passar se os estados tiverem clareza sobre ela, inclusive sobre as perdas que alguns entes sofrerão num curto prazo.



Daniel Couri fala em sabatina presidida pelo senador Rodrigo Cunha

O economista adiantou que a IFI divulgará estudos acerca das propostas hoje em discussão e sobre quais estados poderão ser mais fortemente impactados. Para Couri, alguns pontos da reforma tributária precisam tornar-se consensos, como

ele crê que ocorreu com os principais tópicos da reforma da Previdência.

— O IVA é superior ao modelo atual do ICMS e do ISS. O IVA é mais simples, não cumulativo e cobrado no destino. A experiência internacional mostra que ele é superior.

# André Godinho é reconduzido ao Conselho Nacional de Justiça

O Plenário aprovou ontem a recondução de André Luís Guimarães Godinho para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ele cumpriu mandato no conselho no biênio 2017-2019. A aprovação

será comunicada à Presidência da República.

A indicação de Godinho foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2 de julho. Durante a sabatina, ele disse que já participou de mais de mil processos no CNJ. Ele reconheceu que

existem gargalos no órgão, mas defendeu a importância do conselho.

André Godinho é graduado em direito pela Universidade Católica do Salvador, com especialização em processo civil. Tem pós-graduação em direito pela Universidade

Federal da Bahia (UFBA) e pela Fundação César Montes da Universidade Maurício de Nassau. Na Universidade de Lisboa, fez mestrado em história do direito.

Godinho foi também conselheiro federal da OAB nos biênios 2013-2015 e 2016-2018.

# Marcio Bittar pede menos demagogia sobre a Amazônia

Marcio Bittar (MDB-AC) disse ontem, em Plenário, que é preciso enfrentar o problema da



Amazônia sem demagogia. Ele lembrou que o Brasil já viveu momentos piores, em governos anteriores, mas não houve a mesma mobilização.

— Não me lembro de assistir aos mesmos atores que hoje pregam a catástrofe fazerem nenhum tipo de ação para que o governo brasileiro passasse pelo constrangimento por que passa hoje. Será que é porque à época o presidente era outro, era o Lula? A ministra era a Marina Silva?

# Para Plínio Valério, acusação esconde viés econômico

Plínio Valério (PSDB-AM) disse que há histeria e interesses econômicos por trás das acusações

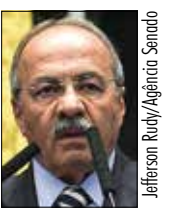


feitas ao Brasil sobre a Amazônia. Ele avaliou que há uma tentativa de interferência na soberania do país e concordou com a posição do governo brasileiro de não aceitar a ajuda de 20 milhões de euros (cerca de R\$ 91 milhões) proposta pelo G7.

Para o senador, “não é de espantar” que a preocupação do presidente Macron surja pouco tempo depois de o Mercosul e a União Europeia firmarem um acordo comercial.

# Chico Rodrigues critica fala de presidente francês

Sobre as queimadas na Amazônia, Chico Rodrigues (DEM-RR) disse ontem, em Plenário, que concorrentes comerciais do Brasil



querem tirar proveito de uma situação que, segundo ele, é natural no verão. Rodrigues criticou a fala do presidente francês, Emmanuel Macron, que insinuou a internacionalização da Amazônia durante encontro no G7.

— Não defendemos queimada criminosa, nem madeireiros irresponsáveis ou aqueles que agridem o meio ambiente. Mas não é possível criminalizar o país.

# Debatedores pedem sistema tributário simples e justo

Justiça fiscal, sistema de arrecadação e produção industrial do país foram alguns dos pontos abordados em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, que faz novo debate hoje

EM AUDIÊNCIA NA Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem, os debatedores pediram um sistema tributário mais simples e mais justo. A audiência foi sugerida e presidida por Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da reforma tributária na CCJ (PEC 110/2019).

Para o coordenador do Núcleo Econômico da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Renato Conchon, é importante a simplificação da cobrança no sistema tributário. Ele disse não concordar com o aumento de tributos para o setor agropecuário e apontou que leis complementares serão necessárias depois da PEC. Conchon cobrou que a reforma pense na justiça fiscal, para evitar penalizar os mais pobres.

Para o economista Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), a simplificação ajuda na arrecadação e viabiliza um melhor ambiente de negócios. Ele citou o grande número de normas legais e o volume de tempo gasto pelas empresas como vetores que maximizam a burocracia e trabalham contra a eficiência das empresas e do sistema tributário.

Na mesma linha, o consultor jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) João Caetano Muzzi Filho defendeu a previsão constitucional do “adequado tratamento tributário” para o sistema cooperativista brasileiro, já que as cooperativas não têm fins lucrativos. Muzzi Filho lembrou que o Brasil registra 7 mil cooperativas, com 425 mil empregados.



Roberto Rocha (C), relator, está coordenando audiências sobre o assunto

Segundo o diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), George Alex Lima de Souza, a reforma tributária vai apontar para o “país que queremos ser”. Ele destacou a ineficiência do sistema atual de arrecadação

O procurador especial de Direito Tributário da OAB, Luiz Gustavo Bichara, pediu uma atenção especial com o imposto seletivo. Ele disse que, pelo texto da PEC, esse imposto abrange diversos fatos da economia e pode não ser eficiente. Bichara sugeriu que esse tipo de tributação seja restrito a atividades que o governo quer desestimular. Para o representante da OAB, também é preciso uma reflexão sobre os créditos tributários.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal Filho, lamentou o grande número de isenções, criticou os tributos sobre o sistema bancário e afirmou que a carga tributária nacional, de cerca de 33%, é muito alta. Ele disse esperar que a reforma tenha um impacto importante na

produtividade e sugeriu alterações na forma de cobrança e recolhimento do imposto sobre bens e serviços (IBS).

Na visão do gerente de Políticas Fiscal e Tributária da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Carraro Telles, a produtividade industrial do Brasil vem sendo comprometida por um sistema tributário ineficiente. Essa situação, apontou, termina onerando os investimentos e comprometendo o crescimento do PIB.

Para o presidente da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat), Halley Henares Neto, a reforma tributária precisa focar a desoneração sobre a folha de pagamento.

A série de debates, coordenada por Roberto Rocha tem outro encontro marcado amanhã, às 14h. O senador disse que é preciso ouvir vários atores econômicos e classificou o sistema atual como um manicômio tributário. — Temos o consenso de reformar o sistema tributário atual para um sistema mais justo. Essa reforma será essencial para o crescimento do Brasil

# Médicos pelo Brasil irá a locais de difícil acesso, diz secretária

A Medida Provisória 890/2019, que institui o programa Médicos pelo Brasil em substituição ao Mais Médicos, busca melhorar a assistência médica em locais de difícil acesso, como aldeias indígenas ou localidades em situação de vulnerabilidade. Foi o que explicou a secretária de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Sílvia Nobre Waiápi, durante debate ontem na comissão mista que analisa a proposta.

— A saúde indígena será beneficiada com esse plano e o principal é que nós iremos gerar uma economia. Dinheiro que nós gastávamos na contratação de médicos através de convênios, sem qualquer segurança, podemos agora investir em outras ações de saúde dentro da aldeia — afirmou.

Alguns pontos da medida foram questionados. A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) criticou o plano de carreira previsto no texto, que cita estabilidade.

— Que estabilidade? A CLT não tem estabilidade, o trabalhador intermitente você pode contratar por seis horas hoje, quatro horas amanhã.

O deputado Eduardo Costa (PTB-PA) concordou mostrou preocupação com a forma de funcionamento do programa e do atendimento à população.

— Vai haver uma desvirtuação do projeto, porque o médico vai poder ter outros vínculos e atender conforme acordo com o prefeito — atende, vai embora, e o posto vai continuar sem atendimento.

O edital com as vagas para o Programa Médicos pelo Brasil deve sair em outubro.



Confúcio (3º à esq.) é relator da medida que cria o novo programa

# Texto exige prestação de contas de repasse do SUS à rede privada

O SUS poderá ser obrigado a divulgar anualmente os parâmetros de cobertura adotados em contratos e convênios e os valores pagos por serviços prestados por unidades privadas de saúde. A medida está no Projeto de Lei do Senado

(PLS) 412/2018, incluído na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 9h30.

A legislação (Lei 8.080, de 1990) não explicita a obrigatoriedade de divulgação dos critérios, nem impõe prazo para cumprir tal obrigação.

## Para Bezerra, não há fato para criar CPI da Amazônia

Fernando Bezerra (MDB-PE) se posicionou ontem contra a instalação de uma CPI sobre a Amazônia, destinada a investigar o desmatamento e as queimadas na região. Ele disse não haver fato determinado que justifique a CPI. O pedido para instalação da comissão foi protocolado pelo líder da Minoria no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), com 30 assinaturas.

Bezerra acrescentou que o momento é de somar esforços para combater os focos de incêndio e reafirmar a soberania nacional. Ele apresentou dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que revelam que o número de focos de incêndio registrados até 27 de agosto é inferior à média do mês na Amazônia Legal. Segundo o senador, foram detectados 33,4 mil focos de incêndio, sendo que a média de agosto é de 34,4 mil.

## Rose lamenta aumento de queimadas na região

Rose de Freitas (Podemos-ES) lamentou ontem a crise na região amazônica, com a intensificação das queimadas. Ela afirmou que a discussão é internacional e citou dados que mostram o aumento do desmatamento.

A senadora disse que, se o processo de destruição da floresta não for detido a tempo, os danos serão irreversíveis, transformando a região em uma área de savana. Mudanças nos ciclos hidrológicos, perda de animais e espécies de plantas são alguns dos prejuízos que a destruição pode causar, disse Rose.

— Preservar o meio ambiente não é coisa de ONGs estrangeiras, de ecochatos ou de bicho-grilo. Isso é um trabalho nosso, de brasileiros e brasileiras que estão preocupados com o futuro.

## Lucas diz que cobertura da imprensa é tendenciosa

Lucas Barreto (PSD-AP) disse ontem que os noticiários, de modo geral, apenas enfatizam as queimadas na Amazônia de forma generalizada e ignoram a existência de estados da região que fizeram o dever de casa na questão ambiental.

Ele lembrou que 73% do território amapaense foi transformado em áreas de conservação ou de preservação e terras indígenas. O senador destacou que a Nasa e o Inpe registram que o Amapá teve 45% de redução de focos em 2019, e isso não foi relevante como notícia.

— São notícias, muitas das vezes fabricadas aqui mesmo e transformadas em verdades absolutas, que levam a crer que cada amazônida é um bárbaro cruel e devastador.

## Paim: relator aceitou mudanças na reforma

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou ontem que o relator da reforma da Previdência (PEC 6/2019), Tasso Jereissati (PSDB-CE), garantiu a ele que aceitou algumas sugestões de mudança na proposta, com a retirada de dispositivos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

O senador disse não ter tido acesso ao relatório, entregue hoje à presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS). De acordo com Paim, o fato de o relator ter acatado algumas sugestões mostra que o Senado não se limitará a confirmar o texto originário da Câmara.

Paim citou estudo segundo o qual é desnecessário o retorno da proposta de Emenda à Constituição para uma nova análise da Câmara dos Deputados caso a alteração do texto pelo Senado contenha emendas supressivas.

# Tasso prevê economia de R\$ 1,35 trilhão e PEC paralela para os estados

Entre os trechos retirados pelo relator do texto da reforma da Previdência aprovado pela Câmara, estão todos os referentes ao Benefício de Prestação Continuada



O RELATÓRIO SOBRE a reforma da Previdência (PEC 6/2019), apresentado ontem pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, traz novas fontes de arrecadação e sugere a inclusão dos estados e municípios na reforma, por meio de uma PEC paralela. Caso aprovada, a proposta de Tasso representará uma economia de R\$ 1,35 trilhão, maior do que os R\$ 930 bilhões previstos no texto da Câmara.

O relatório retirou pontos considerados prejudiciais aos mais pobres e sugeriu o texto da PEC paralela para contemplar os servidores de estados e municípios nas novas regras de aposentadora entre outras alterações. As supressões, segundo Tasso, não farão com que a reforma retorne à Câmara.

Tasso procurou contemplar parte dos pedidos de alteração dos senadores. Foram mais de 150 emendas apresentadas. Já a PEC paralela precisa ainda de 27 assinaturas para começar a tramitar no Senado.

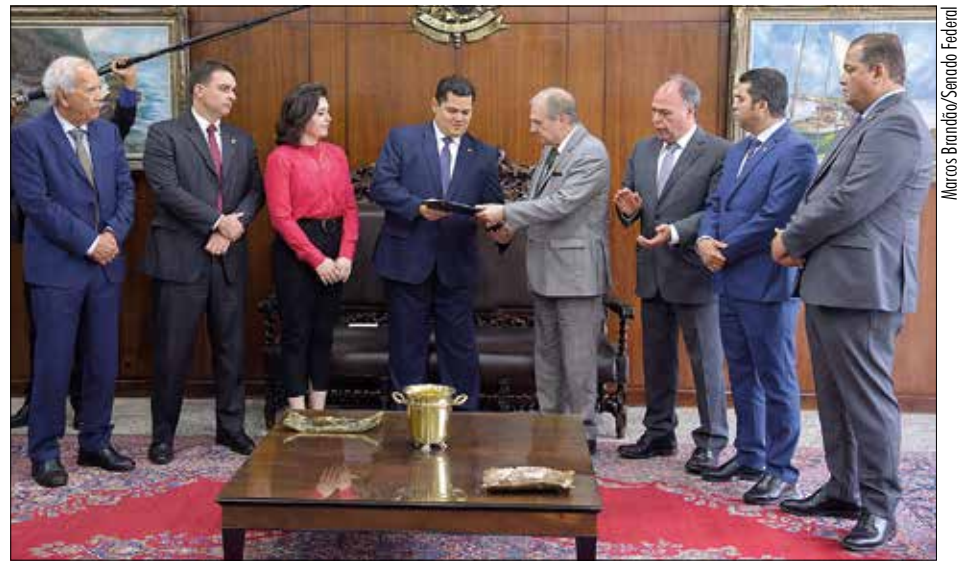
Na proposta paralela, o senador sugere mudanças mais substanciais, como a

inclusão dos estados na reforma, o que gerará potencial impacto líquido de R\$ 350 bilhões, e a criação de novas três fontes de financiamento para a seguridade social, que engordará os cofres públicos em mais de R\$ 155 bilhões.

“Não é possível conceber um endividamento ilimitado para o Tesouro. Mas também não é possível compactuar com injustiças. Há que promovermos correções. Essas correções devem ser de baixo para cima, do piso da pirâmide para o alto da pirâmide. Nosso foco tem de ser em beneficiar os mais vulneráveis”.

## Supressões

Entre os trechos retirados do texto da Câmara, o mais substancial é a eliminação, por completo, de qualquer menção ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou seja, o auxílio não passará a fazer parte da Constituição. Segundo Tasso, o texto constitucionalizava o atual critério previsto em lei para o recebimento do BPC, a linha de pobreza de um quarto do salário mínimo per capita, quase R\$ 250 para uma família ter direito ao benefício. No



Oriovisto, Flávio Bolsonaro, Simone, Davi, Tasso, Bezerra, Marcos Rogério e Eduardo Gomes

entanto, há questionamentos na Justiça que pretendem elevar esse limite para meio salário mínimo por pessoa, o que significa menos de R\$ 500. Então, inserir a regra na Constituição impediria eventuais decisões judiciais favoráveis a famílias carentes.

Tasso também suprimiu o dispositivo que elevava a regra de pontos ao longo dos anos para a aposentadoria especial de pessoas expostas a agentes nocivos, como os mineiros. Fica mantida apenas a necessidade de somar idade e tempo de contribuição nos valores de 66, 76, ou 86 anos para mulheres e homens, dependendo do caso, e tempo de exposição de 15, 20 ou 25 anos, também a depender da exposição.

Foram eliminados do texto trechos que poderiam impedir a criação da contribuição extraordinária cobrada dos servidores públicos, aposentados e pensionistas dos estados e municípios. A redação do artigo 149 ficou

sem a expressão “no âmbito da União” para evitar interpretações de que ela só poderia ser cobrada pela União. Assim, a instituição de contribuição extraordinária fica sendo prerrogativa da União, dos estados, do DF e dos municípios se a PEC for aprovada com a mudança.

## Autonomia

O relator lembrou que os pedidos para a inclusão na reforma dos estados, do DF e dos municípios são a fundação da redação da PEC paralela. Por isso, esse é o primeiro artigo da proposta. Tasso sugeriu que os entes federados adotem integralmente as regras do regime próprio de Previdência dos servidores da União, aprovado a partir da PEC original, mas condicionada à aprovação nas assembleias legislativas de proposta apresentada pelos governadores aderindo às regras.

Caso a aprovação ocorra em nível estadual, a adoção integral também se aplicará aos municípios do estado com regimes próprios de Previdência, que passarão a ter as mesmas regras previdenciárias dos servidores da União. A autonomia do município é preservada, já que há uma cláusula de saída nesse caso: em até um ano pode-se aprovar lei de iniciativa do prefeito para reverter essa adoção.

O senador propôs implementar a cobrança gradual de contribuições previdenciárias das entidades educacionais ou de saúde com capacidade financeira enquadradas como filantrópicas. Estima-se um impacto fiscal de R\$ 60 bilhões.

Veja o relatório de Tasso Jereissati: <http://bit.ly/relatorioPrevidencia>

## Relatório sobre a PEC da Previdência será lido hoje em comissão

O relatório da reforma da Previdência será lido hoje na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), segundo acordo fechado ontem pelos líderes partidários. Ontem, o relator da PEC 6/2019, senador Tasso Jereissati, apresentou o texto ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para quem a votação da proposta na Casa deve ser finalizada no início de outubro.

— Entre 1º de outubro e 10 de outubro vamos concluir a votação em Plenário — afirmou Davi.

O presidente confirmou para o dia

10 de setembro a sessão temática, no Plenário, para discutir com especialistas as minúcias da PEC da Previdência.

## Cessão onerosa

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), informou que hoje Tasso terá 30 minutos para ler seu parecer. Em seguida, será concedida vista coletiva, sem abertura de espaço para discussão. Isso porque, segundo Simone, também houve acordo de lideranças para que a PEC 98/2019, que trata da cessão onerosa e permite a divisão dos recursos arrecadados

pela União nos leilões do pré-sal com estados e municípios, seja votada na CCJ e mais tarde em Plenário. Simone disse ainda que, caso haja tempo, poderá abrir espaço para que os senadores comecem a discutir a reforma da Previdência logo depois. Ela explicou que, na quarta-feira da próxima semana, abrirá espaço para a leitura dos votos em separado à PEC 6/2019, com o período de discussão e votação da proposta. Logo em seguida, o texto será enviado ao presidente do Senado, a quem caberá a decisão de incluir a proposta na pauta do Plenário.

## Pedágios e transição na reforma previdenciária recebem críticas

As regras de transição propostas pelo governo no texto da reforma da Previdência foram criticadas ontem em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os convidados apontaram a alta diferenciação entre categorias de trabalhadores prevista na PEC 6/2019, como no caso dos pedágios, que podem ir dos 17% previstos para militares ou 30% para parlamentares, até 100% de outras categorias.

O presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais, Célio Silva disse que as regras

de transição são injustas.

— O mais lógico seria acrescentar o tempo de trabalho em 10% ou 20% para todos.

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Paulo Lino Gonçalves, lembrou a votação rápida para aprovação da reforma trabalhista.

— E ela não gerou um emprego sequer. Trouxe desemprego, aliás. A PEC da Previdência precisa ser discutida sem pressa. O servidor que está hoje a quatro meses de se aposentar vai ter de trabalhar mais quatro anos. Diretor do Instituto Brasilei-



Professor Alex Sertão fala em debate conduzido por Paulo Paim (2º à esq.)

ro de Direito Previdenciário, Emerson Lemes disse que o mercado financeiro tem interesse claro em gerenciar os recursos que o governo aponta como deficitários.

— A sede dos bancos para administrar a Previdência é a

prova de que ela é lucrativa.

Professor e auditor de controle externo, Alex Sertão criticou a progressividade das alíquotas dos servidores e a previsão de contribuições extraordinárias. Sobre paridade e integralidade, disse que a refor-

ma cria como regra de transição a contagem de pontos, “um somatório de contribuição e idade que nunca se alcança”.

Fabiano Contarato (Rede-ES) disse não concordar com o acordo que está sendo buscado com o relator da reforma, Tasso Jereissati (PSDB-CE), para as emendas no Senado serem apenas supressivas.

— Se o texto tiver que voltar para a Câmara, que volte. O Senado não pode se apegar.

Para Zenaide Maia (Pros-RN), o que mais castigou a Previdência foi a desvinculação de receitas da União (DRU) e as renúncias fiscais. Segundo a senadora, é preciso arrecadar “de quem verdadeiramente precisaria pagar”.

# Mudança na Lei da TV Paga não é consenso em debate

Texto, que abre a pauta de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia, acaba com restrições à concentração de propriedade cruzada entre telefônicas, emissoras de radiodifusão e produtores de conteúdo

ALTERAR A LEI da TV Paga (Lei 12.485, de 2011) pode acarretar grandes impactos aos consumidores e à cadeia produtiva do setor de audiovisual e, por isso, o debate sobre a questão precisa ser mais amplo. Essa foi uma das sugestões apresentadas ontem em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) para discutir o projeto que permite que a empresa que distribui canais de televisão possa também produzir conteúdo audiovisual, revogando as restrições à concentração de propriedade cruzada entre telefônicas, emissoras de radiodifusão e produtores de conteúdo.

O PL 3.832/2019, de autoria do presidente da CCT, Vanderlan Cardoso (PP-GO), acaba com as restrições à propriedade cruzada entre as prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo (empresas de telefonia e internet), as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens (emissoras de TV e rádio) e produtoras e programadoras



O relator, Arolde de Oliveira (3º à esq.), recomenda a aprovação do projeto

do SeAC (TV paga).

Para o professor de Cinema da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Alfredo Manevy, a Lei da TV Paga é uma das mais avançadas e modernas do mundo, ajudou na abertura do mercado brasileiro e deu mais espaço para a produção independente. Representando o Ministério da Economia, Cláudio Evangelista de Carvalho disse que o governo federal vê com simpatia o projeto de lei, porém ainda não há posição oficial.

Primeiro item na pauta da CCT de hoje, o parecer do re-

lator, Arolde de Oliveira (PSD-RJ), recomenda a aprovação do texto com duas emendas. Para ele, à época da aprovação da lei atual, o crescimento do mercado de TV por assinaturas era vigoroso, e as projeções apontavam para até 30 milhões de assinantes nos anos seguintes, mas não foi o que ocorreu. O rápido avanço da internet levou à popularização de aplicações de vídeo sob demanda, como YouTube e Netflix, diminuindo o interesse pelas TVs por assinatura. De 2017 para cá, o mercado perdeu 3 milhões de assinantes.

## Militares defendem MP que prorroga contratos

Representantes dos militares e da indústria da aviação defenderam ontem a medida provisória que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), que dá suporte aos projetos da Aeronáutica.

A MP 887/2019 autoriza o Comando da Aeronáutica a prorrogar, até 30 de junho de 2021, 30 contratos firmados a partir de junho de 2015.

A prorrogação é por conta do novo cronograma do projeto KC-390, cargueiro de uso militar que está sendo desenvolvido pela Embraer e que é certificado pelo IFI. A medida é relatada pelo deputado

Gustavo Fruet (PDT-PR).

Representante do Comando da Aeronáutica e gerente de projeto do KC-390, o tenente-coronel aviador Carlos Eduardo de Almeida Coelho destacou que o IFI atua como autoridade técnica de aeronavegabilidade militar, sendo o único órgão da América Latina a qualificar pessoal em ensaios não destrutivos segundo as normas norte-americanas. Ele apontou a existência de acordos internacionais de reconhecimento mútuo para certificação de projetos em outros países.

— Os projetos certificados pelo IFI sofreram atraso em razão da complexidade, dos desafios e das restrições orça-

mentárias impostas pelo momento vigente. É importante que tenhamos muito controle e que a sociedade brasileira receba os produtos que foram contratados — afirmou.

A prorrogação dos contratos deve custar R\$ 1,7 milhão, em 2019, R\$ 3,2 milhões, em 2020, e R\$ 1,7 milhão, em 2021.

Após o debate, o senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) foi eleito presidente da comissão mista. Ele manifestou apoio incondicional à MP 887/2019.

A certificação da aeronave, prevista inicialmente para o terceiro trimestre de 2018, deve ocorrer no primeiro semestre de 2021, em função de questões técnicas e orçamentárias.

## Oriovisto afirma que está preocupado com atuação da IUF

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) chamou a atenção no Plenário para audiência de ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. O senador afirmou que está preocupado com a capacidade de atuação da Unidade de Inteligência Financeira (UIF), subordinada ao BC. Segundo ele, depois que o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, determinou que o envio de informações sobre possíveis crimes financeiros à Polícia Federal e ao Ministério Público deve ser precedido de decisão judicial, ficou reduzido o poder de atuação de órgãos como a UIF. A decisão de Toffoli foi tomada quando o monitoramento de transações financeiras cabia ao Coaf.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Para Kajuru, reajuste do Fundo Partidário é vergonhoso

Jorge Kajuru (Patriota-GO) criticou em Plenário o reajuste do Fundo Partidário, previsto no parecer da Comissão Mista de Orçamento (CMO) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 (PLN 5/2019). O aumento dos recursos do fundo será de R\$ 2 bilhões, cerca de 117% a mais que o valor das eleições de 2018, ressaltou o senador. O número de partidos que podem receber esses recursos, entretanto, diminuiu de 35 para 21, uma vez que 14 siglas não alcançaram votação suficiente para superar a cláusula de barreira. Para Kajuru, essa medida é vergonhosa num país em que o salário mínimo, que é a fonte de sobrevivência da maioria da população, terá um reajuste de apenas 9% entre 2018 (R\$ 954) e 2020 (R\$ 1.040).



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Jayme Campos defende formação política de jovens

Jayme Campos (DEM-MT) apresentou em Plenário projeto que destina 2% dos recursos do Fundo Partidário para programas de promoção da participação e formação política dos jovens (PL 4.711/2019). O senador ressaltou que o país tem 40 milhões de eleitores entre 16 e 35 anos. No entanto, o engajamento dessa faixa etária na disputa de cargos eletivos ainda é muito modesto. Nas eleições de 2018, por exemplo, apenas 5,4% dos candidatos em todo o país tinham até 29 anos de idade.

— Os partidos precisam ser atrativos e, ao mesmo tempo, abertos a novos integrantes. Devem funcionar como verdadeiras incubadoras de formação de lideranças públicas. Um partido moderno precisa ter capacidade de entusiasmar os jovens.



Jonas Pereira/Agência Senado

## Lasier: Processo contra Dallagnol serve para enfraquecer Lava Jato

Lasier Martins (Podemos-RS) criticou o julgamento de reabertura de um processo disciplinar contra o procurador da República Deltan Dallagnol, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Para ele, o Senado deve lutar contra a medida que, na opinião dele, representa uma estratégia para enfraquecer a Lava Jato, uma vez que Dallagnol é o chefe da força-tarefa da operação.

— Palavras como desfaçatez, vergonha, artimanha, manobra, trama, tudo isso cabe ao que está acontecendo neste momento, quer dizer, às pressas com o sentido de achar um meio de afastar Deltan Dallagnol e toda a sua equipe da Lava Jato. É algo inaceitável, inconcebível. E nós, aqui neste Senado, devemos lutar contra isso.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Banco Central garante blindagem ao novo Coaf

Em audiência, presidente do BC disse que a nomeação de pessoas de fora do serviço público não abrirá espaço para interferências políticas. Ele prevê ligeiro crescimento do PIB graças aos saques do FGTS

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que foi dele a ideia de abrir a possibilidade de que pessoas de fora do serviço público sejam nomeadas para integrar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), agora denominado Unidade de Inteligência Financeira (UIF). Antes vinculado ao Ministério da Economia, o órgão passou para o controle do BC por meio da Medida Provisória 893/2019.

Antes da publicação da MP, o Coaf deveria ser integrado por “servidores públicos de reputação ilibada e reconhecida competência”. Campos Neto disse que a ideia de trazer pessoas de fora do Coaf atende a questões puramente técnicas.

— O Coaf é um grande banco de dados, é um Big Data, só que hoje ele usa o servidor da Serpro [Serviço Federal de Processamento de Dados], que é lento, custa caro. A primeira coisa que eu pensei foi em fazer uma inovação tecnológica, e que eu devia trazer uma pessoa de fora para organizar isso.

Campos Neto defendeu o projeto de lei complementar sobre a autonomia do BC (PLP 112/2019) para assegurar uma blindagem técnica e operacional à UIF quanto a eventuais pressões de poderes políticos ou econômicos.

Os senadores se mostraram preocupados com os efeitos práticos da MP 893/2019. José Serra (PSDB-SP) anunciou que apresentou emenda à MP especificando que a UIF só pode ter servidores efetivos de determinados órgãos em seus quadros, entre eles a Comissão



Roberto Campos e Omar Aziz, presidente da CAE, durante audiência

de Valores Mobiliários (CVM) e o Ministério da Economia. A intenção é manter a articulação de todos os órgãos envolvidos na prevenção à lavagem de dinheiro e evitar um viés político no novo Coaf.

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) destacou que o Coaf tem sido objeto de intensa disputa política desde o início do governo de Jair Bolsonaro.

— Vai ter alta tecnologia, mas sem resultados, porque vocês não têm poder de polícia na hora que detectar o ilícito.

Rogério Carvalho (PT-SE) disse não ver com preocupação a vinculação do Coaf ao BC, mas com o uso político do órgão.

## Recuperação

Campos Neto disse que o PIB no segundo trimestre do ano ficou estável ou pode ter crescido ligeiramente e avaliou que a liberação de recursos do FGTS e do PIS/Pasep vão ajudar na retomada da atividade econômica, em ritmo gradual.

— Para os trimestres seguintes, esperamos alguma aceleração no PIB.

Além da aprovação da reforma da Previdência (PEC

6/2019), Campos Neto pediu atenção dos senadores para uma agenda microeconômica.

O presidente do BC também afirmou que a autarquia está empenhada na redução dos spreads bancários e indicou o potencial de crescimento do mercado de crédito.

Ele manifestou preocupação com que os juros baixos cheguem ao consumidor final. Para o economista, medidas como o cadastro positivo e o open banking (sistema que permite o acesso a dados dos clientes) ajudam nesse processo. Outra medida na mira do BC é estimular o crédito com garantia de imóveis, a chamada hipoteca reversa.

Para o senador Eduardo Braga (MDB-AM), o brasileiro tem se mostrado disposto a fazer mais um sacrifício, com a reforma da Previdência, mas não aguenta tanto desemprego e falta de crédito.

— A população não pode continuar sendo penalizada enquanto os bancos apresentam enormes lucros trimestrais. Aumentar a concorrência no sistema financeiro é fundamental para a ampliação do crédito e a redução dos juros — defendeu.

# Senadores cobram do governo pagamento de bolsistas do CNPq

O senador Dário Berger (MDB-SC) transmitiu aos senadores da Comissão de Educação (CE) informação do ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, que a pasta só teria recursos para pagar as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até o fim de agosto. Segundo Dário, o ministro afirmou que vai fazer o pagamento, em 1º de setembro, mas terá de “achar recursos” para o próximo mês.

— O ministro destacou que pesquisadores importantes para o país recebem as bolsas do CNPq e que algumas pesquisas não podem parar e recomeçar depois, sob risco de ficarem prejudicadas. Muitos desses pesquisadores dependem dessas bolsas para sobreviver, uma vez que recebem o auxílio para que trabalhem em tempo integral para o projeto — relatou.

Até julho estavam cadastrados 84 mil pesquisadores como bolsistas no conselho. Eles podem ficar sem o pagamento da bolsa, já a partir de setembro, caso o CNPq não consiga sanar um déficit de R\$ 330 milhões em seu orçamento. No total, as bolsas do CNPq custam R\$ 82,5 milhões por mês. Para cobrir os últimos quatro meses do ano, portanto, serão necessários R\$ 330 milhões. Pontes está

em negociação com a Casa Civil para a liberação de um crédito suplementar.

Flávio Arns (Rede-PR) sugeriu o fim da desoneração do pagamento de lucros e dividendos para pessoas físicas. A isenção do Imposto sobre a Renda (IR) dos lucros e dividendos distribuídos pelas pessoas jurídicas a seus sócios está prevista na Lei 9.249, de 1995. Nos cálculos do senador, acabar com essa desoneração renderia ao país, por ano, uma média de R\$ 120 bilhões.

— Eu sei que não é uma coisa difícil de fazer, porque nós não estamos falando de 20 milhões, mas de 20 mil pessoas, de acordo com o site da Receita Federal.

Jorginho Mello (PL-SC) lembrou que o Brasil concede R\$ 320 bilhões por ano de renúncia e incentivos fiscais, valor maior do que o orçamento da saúde, de R\$ 300 bilhões.

— Então, dinheiro existe. Vamos passar o país a limpo. Esses incentivos fiscais têm que ser revistos, e não a cada dez anos, mas anualmente, para ver o que está se dando de benefício e o que se está ganhando com isso.

A senadora Leila Barros (PSB-DF) criticou as prioridades na aplicação dos recursos.

— O governo diz que não tem verba para nada, mas, para pagar emendas e interesses aqui no Senado, tem.



Presidente da CE, Dário Berger informa senadores sobre bolsas do CNPq

# Comissão aprova proposta que remaneja R\$ 3 bi do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o parecer favorável do senador Eduardo Gomes (MDB-TO) à proposta do Poder Executivo (PLN 18/2019) que remaneja R\$ 3 bilhões do Orçamento da União. O texto deve ser votado no Plenário Congresso hoje, às 11h. O Ministério do Desenvolvimento Regional será o maior beneficiário das mudanças, com crédito adicional de R\$ 1 bilhão. O Ministério da Saúde, com R\$ 732 milhões, e o da Defesa, com R\$ 541,6 milhões.

Parlamentares do PT, PDT, PCdoB e Psol criticaram o texto, que cancela R\$ 1,16 bilhão do Ministério da Educação (MEC) — parte desse montante, R\$

230 milhões, será redirecionado dentro da própria pasta. Ao final, o saldo líquido é um corte de R\$ 927 milhões nas dotações, que já haviam sido alvo de contingenciamento neste ano.

## Cobrança

O líder do PT na Câmara, deputado Nelson Pellegrino (BA), afirmou que a proposta servirá para o pagamento de emendas parlamentares em resposta ao apoio na aprovação da reforma da Previdência. Ele também reclamou do descumprimento de acordo fechado entre governo e oposição em junho.

Na época, por causa da necessidade de R\$ 248,9 bilhões,

o governo se comprometeu a assegurar dinheiro para a educação, para a ciência e tecnologia, para as obras de transposição do rio São Francisco e para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Com isso, o Congresso aprovou a proposta por unanimidade.

Pellegrino citou ainda declaração do ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, informando que os recursos para bolsas de pesquisa científica acabam no sábado. O deputado Bohn Gass (PT-RS) estimou que são necessários R\$ 330 milhões para garantir as bolsas até o final do ano.

A líder do governo no Congresso, deputada Joice Hassel-

mann (PSL-SP), confirmou o problema nas bolsas de pesquisa. Em relação aos outros itens do acordo, disse, há um cronograma até dezembro.

## Relatório

O relatório de Eduardo Gomes foi mantido na íntegra. O senador rejeitou 242 emendas apresentadas por parlamentares e fez duas mudanças na proposta, a pedido do próprio governo, para alterar a destinação de R\$ 300 milhões. Ele recomendou ainda a rejeição dos 21 destaques apresentados.

O projeto de crédito adicional quase impediu a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — PLN

5/2019) para 2020 pela CMO. O texto precisava ser analisado pela comissão antes de ir ao Plenário do Congresso. A votação da LDO também está marcada para hoje, após a análise de vetos.

A Comissão de Orçamento aprovou também o relatório favorável do deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), à Medida Provisória 880/2019, que abriu crédito extraordinário de R\$ 223,85 milhões para assistência emergencial e acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos. O texto perde eficácia hoje caso não seja aprovado pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Da Agência Câmara

# Especialistas defendem alterações no Fundeb

Em audiência sobre a proposta de tornar o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica permanente, debatedores disseram que é preciso aumentar os repasses da União e usar os recursos com mais eficiência

**ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO** defenderam ontem que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) receba uma complementação da União que seja destinada diretamente às redes de ensino. O debate foi realizado na Comissão de Educação (CE). Os convidados explicaram que os recursos atuais não garantem a equidade do direito à educação.

De acordo com o representante do Conselho Nacional de Educação, José Francisco Soares, além de ser necessário aumentar a composição do fundo, é preciso direcioná-lo e utilizá-lo com mais eficiência. Ele afirmou que a unidade de alocação dos recursos deve ser o estudante e não o município, pois o que falta é verba para atender as diferenças. — Eu tenho que considerar as necessidades de cada um. Por exemplo, o nível socioeconômico, de qual família vem. Nós somos diferentes. O que falta é recurso para diferentes pessoas. O direito não é o direito de um conjunto de estudantes, é o direito dos estudantes, dos indivíduos — afirmou.

Para o especialista em educação Binho Marques, a complementação da União ao Fundeb poderia ser até menor se fosse bem alocada. Ele apresentou estudos de avaliação que mostraram fragilidades do fundo. De acordo com um desses estudos, feito pelo consultor legislativo da



Vice-presidente da CE, Flávio Arns comanda audiência sobre o Fundeb

Câmara Claudio Tanno, mesmo se a complementação da União fosse de 40% ao Fundeb, seria ineficiente, se comparada a uma complementação de 15%, feita por rede de ensino e não por estado. De acordo com Binho, o novo Fundeb será diferente se ganhar em eficiência, elevar o valor mínimo nacional por aluno, criar mecanismos para amenizar as desigualdades socioeconômicas, articular financiamento com qualidade e valorizar os professores.

## Qualidade

Flávio Arns (Rede-PR), que presidiu o debate, afirmou que a questão do Fundeb não é ideológica. De acordo com o senador, o que todos querem é uma educação básica de qualidade. — Às vezes o pessoal não entende o que é educação básica. A mãe que diz: “Olha, eu preciso de uma creche para o meu filho”. Creche está no plano nacional e é educa-

ção básica. Uma pré-escola, um ensino fundamental de qualidade, um ensino médio com profissionalização. Tudo isso é educação básica. E a gente precisa pensar que essa educação básica precisa ser valorizada — disse.

Os senadores têm debatido a proposta de tornar o Fundeb um fundo constitucional definitivo. Pelas regras atuais, ele será encerrado em 2020. Os recursos do fundo são obtidos a partir de 20% da arrecadação de impostos como ICMS e IPVA dos 26 estados e do DF, além de outras fontes, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O Fundeb representa cerca de 60% dos recursos investidos na educação básica. A União faz um cálculo de valor que, em 2018, foi de pouco mais de R\$ 3 mil por aluno/ano, e paga a cada estado e município que não alcança o valor aluno/ano uma complementação equivalente a, no máximo, 10% das receitas dos fundos estaduais e do DF.

## Merenda escolar dará prioridade a produto local

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que dá preferência aos produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária na compra de produtos para a merenda escolar. Dessa forma, os alimentos servidos como lanche poderão contribuir para incentivar a economia solidária regional. O PLS 292/2018, do senador Otto Alencar (PSD-BA), teve parecer favorável do relator, Nelsinho Trad (PSD-MS). Caso não haja recurso para análise em Plenário, segue para análise da Câmara.

O texto altera a Lei 11.947, de 2009, para incluir a economia solidária no artigo que incentiva a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, dos empreendedores familiares rurais, das comunidades tradicionais indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos.



Senador Otto Alencar é o autor do projeto aprovado pela comissão

“Não se pode negar atenção à importância para a sustentabilidade advinda da economia solidária, que opera por meio de organizações que se estruturam na forma de autogestão, promovendo a solidariedade e a justiça dentro dos sistemas produtivos, tendo como agentes as cooperativas, associações e bancos”, destaca Otto na justificativa do projeto. Em seu parecer, Nelsinho

Trad destaca que a medida representa um aprimoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), já que a legislação já assegurava tratamento preferencial à agricultura familiar e ao empreendedor familiar rural na aquisição de gêneros alimentícios. “Com a extensão dessa preferência aos produtores rurais e suas cooperativas que trabalham em regime de economia solidária, dá-se um passo à frente nas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à melhoria dos alimentos oferecidos aos estudantes brasileiros”, argumenta.

O relator fez apenas um ajuste de redação, apresentando emenda para substituir o termo “merenda” por “alimentação escolar”. Ele explicou que a substituição tem como objetivo usar a mesma expressão contida na lei que o projeto busca alterar.

## Luiz Gonzaga pode ter nome no Livro dos Heróis da Pátria

O Rei do Baião, Luiz Gonzaga, pode ter o nome inscrito no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. Projeto com esse objetivo (PL 1.927/2019), de Jarbas Vasconcelos (MDB-PE), foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). O relator, Styvenson Valentim (Podemos-RN), emitiu parecer favorável ao considerar a proposição um ato “nobre e de reconhecimento a esse artista que dedicou a sua vida à cultura brasileira”.

dos índios e dos escravos. O texto teve como relator ad hoc na comissão Flávio Arns (Rede-PR), que confirmou o relatório anterior, de Renan Calheiros (MDB-AL).

Outra proposta aprovada foi o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 43/2018, que batiza de Presidente Nilo Peçanha o trecho da BR-101 em todo o estado do Rio de Janeiro. A proposta foi relatada por Wellington Fagundes (PL-MT).

## Nísia Floresta

O colegiado também aprovou o Projeto de Lei (PL 1.397/2019) que inscreve o nome de Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecida como Nísia Floresta, no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. O autor, Styvenson Valentim, justificou a iniciativa ao lembrar que Nísia dedicou a vida à defesa dos direitos das mulheres,



Segundo Jarbas, o Rei do Baião dedicou a vida à cultura nacional

## Homenagens à doutrina espírita são aprovadas em comissão

A criação do Dia Nacional do Espiritismo e a concessão do título de Capital Nacional do Espiritismo para a cidade de Jaguaratama, no Ceará, foram aprovadas ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Se não houver recurso para a análise em Plenário, os textos seguirão para a Câmara dos Deputados.

O Dia Nacional do Espiritismo está previsto no PL 3.789/2019, de Eduardo Girão (Podemos-CE). Pelo texto, a data comemorativa será 18 de abril, pois nessa data, em 1857, foi publicado *O Livro dos Espíritos*, do francês Allan Kardec, dando início à divulgação da doutrina em todo o mundo. O relatório é de Flávio

Arns (Rede-PR).

Já o PL 4.227/2019 confere a Jaguaratama o título de Capital Nacional do Espiritismo. Foi nessa cidade, à época um povoado, que nasceu Adolfo Bezerra de Menezes, um dos maiores expoentes da doutrina no Brasil.



Projetos de Eduardo Girão seguem para a Câmara dos Deputados

## Endocrinologistas poderão ter data nacional em 1º de setembro

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 636/2019, que institui o dia 1º de setembro como o Dia Nacional do Endocrinologista. O texto é de Jorginho Mello (PL-SC) que defende a celebração com o objetivo de valorizar os profissionais que estudam os transtornos das glândulas endócrinas.

## Capital do Frio

A cidade de Urupema (SC) poderá ser reconhecida como a Capital Nacional do Frio. É o que prevê Pro-

jeto de Lei (PL) 1.389/2019, de autoria de Esperidião Amin (PP-SC), também aprovado pelo colegiado. Outro projeto aprovado institui a data de 23 de junho como o Dia do Policial Legislativo. A proposta de Dário Berger (MDB-SC) é uma homenagem servidor público responsável pela execução dos atos inerentes ao poder de polícia parlamentar. Os projetos vão para a Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso na análise no Plenário do Senado.